Parte II - Formação dos educadores do campo
Capítulo 14. A luta por educação do campo no Colégio Estadual do Reassentamento São Marcos - município de Catanduvas/PR

Edimar Rodrigo Rossetto
Marli Terezinha Szumilo Schlosser

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

ROSSETTO, E.R., and SCHLOSSER, M.T.S. A luta por educação do campo no Colégio Estadual do Reassentamento São Marcos - município de Catanduvas/PR. In: DAVID, C., and CANCELIER, J.W., eds. *Reflexões e práticas na formação de educadores* [online]. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018, pp. 215-234. ISBN 978-85-7511-475-9. <https://doi.org/10.7476/9788575114759.0015>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

A luta por educação do campo no Colégio Estadual do Reassentamento São Marcos – município de Catanduvas/PR

Edimar Rodrigo Rossetto
Marli Terezinha Szumilo Schlosser

Introdução

Neste capítulo, será apresentada, de forma sucinta, a ação de lideranças da Comissão Regional dos Atingidos por Barragens da Bacia do Rio Iguaçu – Crabi, na luta por direitos educacionais na comunidade do Reassentamento São Marcos, localizado no interior do município de Catanduvas, extremo oeste paranaense. A partir da conquista do reassentamento, a pauta das lutas do movimento foi a construção e a manutenção do colégio do campo. Esse processo tornou-se o tema central desta pesquisa.

O Colégio Estadual do Reassentamento São Marcos é símbolo da articulação popular em defesa da educação para as comunidades reassentadas. Localizado no oeste paranaense, especificamente no município de Catanduvas, o colégio está vinculado institucionalmente ao Núcleo Regional da Educação de Cascavel – NRE.

A respeito do período da construção do Colégio Estadual do Reassentamento São Marcos, é importante destacar o apoio contínuo recebido dos sujeitos expropriados na Usina Hidrelétrica Governador José Richa (Salto Caxias), os quais destinaram dias de luta em prol da educação no colégio do reassentamento.

Para tanto, analisa-se, como ponto principal, o projeto político-pedagógico (PPP) da instituição de ensino, tendo-se em vista a organização das ações/

atividades desenvolvidas no cotidiano, vinculadas diretamente ao Movimento da Educação do Campo, com o qual os integrantes do colégio afirmam estar adaptando as práticas pedagógicas.

Este capítulo é resultado do trabalho dissertativo intitulado “O projeto formativo de educação do campo do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) no oeste e no sudoeste paranaense”, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), *campus* de Francisco Beltrão, defendido no ano de 2015. A metodologia consiste em garimpagem bibliográfica por meio de obras, teses, dissertações e monografias referentes ao tema trabalhado. As análises das entrevistas com lideranças e comunidade escolar se fizeram importantes, bem como a aplicação de 22 questionários fechados para uma turma do 1.º ano, duas turmas de 2.º ano e uma turma de 3.º ano do Ensino Médio, com a porcentagem de 50% de alunos presentes no dia da visita. Torna-se importante enfatizar o registro de campo e análise de documentos do movimento social e colégio. Objetiva-se relacionar os dados coletados, juntamente com entrevistas para lideranças e imagens, nas instituições pesquisadas, com o que prevê a proposta de Educação do Campo. Esta tem maior afinidade de características com a luta por educação oriunda dos movimentos sociais.

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa e recai na vertente marxista, que apresenta análise contra-hegemônica dos documentos institucionais, como, no caso, o PPP, relacionando-o com a práxis da proposta de Educação do Campo em sua essência.

Nesse sentido, a partir do contexto de implantação de usinas hidrelétricas no estado do Paraná, movimentos populares se formam e adquirem respaldo em suas reivindicações. As regiões oeste e sudoeste paranaense representam o foco da pesquisa a partir da construção da Usina Governador José Richa (Salto Caxias), construída no leito do Rio Iguaçu. Essa obra redimensionou a dinâmica econômica e social da região afetada e de proximidades, expulsando milhares de agricultores, posseiros, ribeirinhos, vileiros, entre outros povos da localidade, dando lugar à criação do lago da usina. Nesse contexto, as comunidades do campo não se aquietaram e unificaram suas lutas contra o projeto hidrelétrico posto, cuja construção estava a cargo da Companhia Paranaense de Energia Elétrica – Copel.

A partir da força popular local, cria-se a Crabi, no sentido de reivindicar os direitos da população expropriada com a obra. Nesse sentido, a exigência da comissão popular era a realocação das comunidades camponesas em novas áre-

as, de forma que as perdas dos sujeitos atingidos fossem minimizadas. Assim, a Copel foi conduzida a reassentar as famílias prejudicadas, adquirindo dez áreas na região oeste do Paraná, sendo uma delas o Reassentamento São Marcos.

A luta, porém, não terminou apenas com a garantia da terra. Foi preciso lutar também por condições infraestruturais como, por exemplo, moradia, redes elétricas, estradas, como requisitos mínimos para a vida em comunidade. A principal luta era quanto à construção de instituições de ensino. Assim, no Reassentamento São Marcos, localizado no município de Catanduvas, a Crabi conquistou a implementação do Colégio Estadual do Reassentamento São Marcos. Essa instituição representa o foco da pesquisa, que analisa a visão de educandos, das lideranças escolares e da comunidade, entre outros, no funcionamento e na organização das práticas pedagógicas.

A construção do projeto político-pedagógico do Colégio Estadual do Reassentamento São Marcos e seus entraves

Como as instituições educacionais são fruto da luta dos sujeitos do campo e o MAB está inserido na luta por um projeto formativo de educação voltado aos interesses das comunidades do campo, a memória de luta do movimento que se insere no dia a dia escolar, por meio de um projeto de escola viva, torna-se importante para a realidade do campo. Objetiva-se garantir a manutenção dos traços organizacionais de vida em comunidade, como é o caso da conservação das tradições, das crenças e dos costumes que, em parte, se perderam com a entrada do capital no campo, desraigando-se as comunidades de seus locais de origem. Esse fortalecimento do humanístico nas relações sociais ocorre no processo de ensino-aprendizagem, ou seja, nas salas de aula do colégio analisado.

Os resultados da pesquisa desenvolvida foram expostos a partir da análise de documentos específicos da instituição, como no caso do projeto político-pedagógico e por meio da aplicação dos questionários fechados para os educandos do Ensino Médio do Colégio Estadual do Reassentamento São Marcos.

Em relação ao PPP do Colégio Estadual do Reassentamento São Marcos, pontua-se que sua estrutura de organização e legislação está disposta por meio de artigos ao estilo burocrático. Sendo assim, observa-se que sua estrutura legislativa é idêntica à de PPPs de instituições educacionais urbanas. A diferença que avulta dessa instituição em relação às demais urbanas é quanto à sua localização física, ou seja, no espaço rural.

O Colégio Estadual do Reassentamento São Marcos, objeto de análise deste capítulo, localiza-se nas proximidades da Rodovia BR-277, km 540, zona rural do município de Catanduvas, oeste do estado do Paraná. Atualmente, suas ações de funcionamento, como, por exemplo, manutenção de instalações, funcionários, luz e outras despesas, são custeadas pela Secretaria de Estado da Educação – SEED/PR. A figura 1 ilustra parte do Colégio Estadual do Reassentamento São Marcos.

Em relação aos níveis e às modalidades de ensino da Educação Básica, observa-se:

Art. 52 O estabelecimento de ensino oferta:

I. Ensino Fundamental: 5ª a 8ª séries/regime de 8 anos;

II. Ensino Médio;

III. Educação Especial: sala de recurso de 5ª a 8ª série, apoio especializado no atendimento de alunos com deficiência mental e distúrbios de aprendizagem (Paraná, 2010, pp. 39-40).

Figura 1: Vista lateral do Colégio Estadual do Reassentamento São Marcos

Fonte: Rossetto, Edimar Rodrigo. Colégio Estadual do Reassentamento São Marcos. 2014.

Contudo, é importante mencionar que o regime seriado, de oito anos, foi alterado e cumpre as novas regras com tempo mínimo de nove anos, conforme a reformulação promovida em 4 de abril de 2013, em relação à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei Federal n.º 9394/1996.

No artigo 64 desse documento, observa-se que o estabelecimento de ensino oferta salas de apoio à aprendizagem para os anos finais do Ensino Fundamental, conforme orientações da SEED (Paraná, 2010, p. 41). Faz-se relevante apontar que as atividades de apoio e aprendizagem não se desenvolvem em local específico, como previsto no artigo, sendo tais espaços definidos diariamente, ou seja, no ato do desenvolvimento da atividade, conforme a necessidade. Isso porque há carência de espaços específicos na instituição para a realização dessas atividades. Em várias ocasiões, é utilizado o espaço da biblioteca ou o da sala de professores, ou mesmo o do saguão, entre outros.

Quanto à matriz curricular da instituição de ensino, as disciplinas que fazem parte da grade curricular cumprem as normativas estabelecidas pela LDB de 1996, pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), pelas Diretrizes Curriculares Estaduais (DCEs), etc. Como se observa no artigo 2.º do PPP,

o Colégio Estadual do Reassentamento São Marcos tem a finalidade de efetivar o processo de apropriação do conhecimento, respeitando os dispositivos constitucionais Federal e Estadual, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN n.º 9.394/96, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei n.º 8.069/90 e a Legislação do Sistema Estadual de Ensino (Paraná, 2010, p. 23).

Observa-se, no conjunto de leis que fundamentam esse documento, que não são levadas em conta as especificidades da Educação do Campo, embora sejam especificidades embasadas na Constituição Federal brasileira a partir das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. É, porém, importante frisar que o artigo 5.º do PPP está em desacordo com o projeto de escola do campo, afirmando que “o estabelecimento de ensino, em seu Projeto Político-Pedagógico, atenderá às Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo” (Paraná, 2010, p. 23). Como dito, não há existência de trechos das Diretrizes Operacionais no documento analisado, não justificando seu uso. Cabe lembrar que o PPP é o documento que rege as ações/atividades na instituição de ensino, orientando e definindo rumos a serem seguidos pelo estabelecimento ao longo dos anos. Esse PPP não traz profundas

alterações em seu projeto quanto à aproximação do movimento de Educação do Campo. O colégio, apesar de não garantir, especificamente, em seu principal documento, artigos que tratam do processo pedagógico diferenciado para o campo, apresenta elementos que fortalecem a identidade dos sujeitos do campo a partir de suas práticas diárias, elencadas individualmente no outro item.

É possível apontar que o PPP desse colégio é embasado a partir dos interesses da escola urbana, observando-se o trecho da entrevista concedida pela coordenadora do Núcleo Regional da Educação (NRE), Madalena Suchesi, do município de Cascavel/PR, que afirma que o “PPP, muitas vezes da escola urbana, [...] vem simplesmente clonado para a escola que passa a se chamar do campo, mas ela está no campo, os professores reproduzem a mesma aula do urbano para o campo, mas a escola se chama escola do campo”.

Dessa forma, trata-se de perceber que o espaço educacional do campo consiste na lógica de trabalho e de educação específicas, a fim de reproduzir a forma de ensinar do campo, ou seja, priorizando as necessidades da própria comunidade camponesa quanto a suas práticas de vida e de trabalho. Nessa linha de análise, é preciso perceber que o PPP deve ser seriamente discutido e construído pelos líderes locais, pois

constitui-se em instrumento de ação político-pedagógica e de gestão, na medida em que possibilita a manifestação dos desejos e aspirações da comunidade em termos da educação das crianças e jovens, e norteia todo o processo educativo desencadeado pela escola. Nesse sentido, não pode ser visto apenas como produto ou resultado de um trabalho de definição de finalidades e linhas de ação (Gordo, 2015, s.p.).

Assim, para a construção desse documento, é preciso pensar o espaço pedagógico da instituição, tornando-o instrumento educativo a fim de nortear o cotidiano de vida dos educandos e comunidade a partir de suas práticas. Essas práticas são caracterizadas por meio de uma terminologia denominada de “temporalidade pedagógica”¹ do colégio, refletindo-se diretamente no

¹ Terminologia de cunho histórico-geográfico para explicar a velocidade na realização das ações em determinada esfera de análise no conjunto da fluidez do modo de produção capitalista. O colégio do campo, por se constituir uma base teórica de ideologia contra-hegemônica, tem suas práticas pedagógicas alicerçadas no tempo de organização do modo de produção capitalista.

“tempo do campo”,² priorizando os valores e a cultura dos sujeitos que ali residem.

Em relação à estrutura do PPP em questão, cabe destacar que, além de seus próprios artigos, os demais documentos do estabelecimento de ensino são engajados. Entre eles, o Regimento Escolar do estabelecimento, efetivado no ano de 2008, e a proposta pedagógica curricular (PPC), a qual orienta a matriz curricular do colégio em questão.

No artigo 4.º do PPP, observa-se que “o estabelecimento de ensino objetiva a implementação e acompanhamento do seu projeto político-pedagógico, elaborado coletivamente, com observância aos princípios democráticos, e submetido à aprovação do Conselho Escolar” (Paraná, 2010, p. 23).

Quanto ao artigo 11 do PPP, que diz respeito à composição de representantes dos vários setores da sociedade no Conselho Escolar da Instituição, é importante ressaltar a participação dos movimentos sociais, representando, no máximo, 1/5 do total de membros, constituindo, nesse caso, como porcentagem baixa de membros dessa esfera nesse conjunto. Cabe lembrar que a principal função desse conselho é acompanhar, efetivar e aprovar o PPP da instituição.

Em relação à organização representativa dos educandos no colégio, observa-se que:

Art. 1º - O Grêmio Estudantil JUFE – Jovens Unidos Futuro Exemplar é o órgão de máxima representação dos estudantes do Colégio Estadual do Reassentamento São Marcos localizado na cidade de Catanduvas e fundado em 05/11/2005 (cinco de novembro de dois mil e cinco), com sede neste Estabelecimento de Ensino.

Parágrafo Único – As atividades do Grêmio reger-se-ão pelo presente Estatuto aprovado em Assembleia Geral convocada para este fim (Paraná, 2010, p. 103).

² A expressão mencionada tem função de destacar que, apesar de o “tempo rápido” do modo de produção capitalista interferir na dinâmica de funcionamento das instituições educacionais do campo, o espaço rural pode ainda ser visto como engajado em um movimento descontínuo, porém, que expresse uma visão para além da produção; ou seja, um lugar de vida, de convivência humana, de solidariedade e de esperança na construção de uma sociedade enraizada em sua cultura local.

Nesse sentido, a partir do ano de 2005, criou-se o Grêmio Estudantil no colégio. Como prevê o estatuto, o grêmio é consolidado apenas por educandos da instituição. É importante mencionar que esse órgão representativo expressa, por meio de seus representantes, a posição dos educandos desse colégio quanto às necessidades a serem discutidas pelo Conselho Escolar, além de possuir representação também nesse conselho. A figura 2 ilustra uma das atividades realizadas pelo Grêmio Estudantil no colégio.

A construção do mural tem função de mostrar o trabalho dessa organização e de aglutinar ainda mais educandos em suas discussões. Cabe, porém, mencionar que as discussões realizadas pelo Grêmio Estudantil, na sua grande maioria, não fazem referência à luta do movimento social em questão, não incluindo a comunidade nas ações realizadas pelo colégio. As principais ações desse órgão se pautam na organização de atividades de recreação para os educandos que frequentam a instituição.

Figura 2 – Mural no saguão do Colégio Estadual do Reassentamento São Marcos

Fonte: Rossetto, Edimar Rodrigo. Colégio Estadual do Reassentamento São Marcos. 2014.

Em relação ao disposto no artigo 154, observa-se que “a biblioteca é um espaço pedagógico democrático com acervo bibliográfico à disposição de toda a comunidade escolar” (Paraná, 2010, p. 53). A biblioteca do Colégio Estadual do Reassentamento São Marcos encontra-se ilustrada na figura 3.

É importante observar que a biblioteca, estando à disposição da comunidade escolar, poderia destinar seu acervo de livros e materiais também à comunidade local, uma vez que o colégio está em processo de mudança de nomenclatura para colégio do campo, tendo seu conselho escolar composto também por membros da comunidade local. Esse local, além de servir como espaço para leitura, é destinado para uso comum de educandos na preparação de trabalhos do Grêmio Estudantil, sala de reforço, ações pedagógicas, entre outras atividades. É, ainda, caracterizado como espaço de utilidade pública da comunidade escolar nos períodos matutino, vespertino e noturno.

Figura 3: Biblioteca do Colégio Estadual do Reassentamento São Marcos

Fonte: Rossetto, Edimar Rodrigo. Colégio Estadual do Reassentamento São Marcos. 2014.

À frente das ações realizadas no ambiente da biblioteca do colégio, encontra-se a funcionária Zenir Grobes. Referente à responsabilização do espaço destinado à biblioteca, é importante destacar algumas funções da liderança, como, por exemplo, a classificação de livros, o zelo e a organização dos materiais, o controle de empréstimos, etc. É pertinente destacar, na entrevista concedida pela educadora, que,

Na questão da biblioteca, a minha decisão por estar aqui é porque nós temos um material muito grande referente à realidade da escola do campo, não só da nossa, como experiências de outras escolas que deram certo, o meu objetivo é formar esses alunos conscientes de que aonde eles aprendam a trabalhar, a lidar com o campo, porque na roça não é você só capinar, você têm um número de coisas a mais para fazer, hoje a diversificação da propriedade é muito importante. Não precisa você trabalhar somente com o cultivo de plantas, você pode trabalhar com horta, com alimentos para a compra direta, que vem para as escolas e que eles também podem trabalhar com panificação.

Nessa linha de raciocínio, pode-se considerar que a bibliotecária Zenir cumpre função extremamente importante no colégio, firmando-se como liderança na luta da comunidade escolar por uma educação direcionada às comunidades do campo. Como frisado pela líder, a diversificação de atividades no meio rural caracteriza-se como elemento de extrema importância no crescimento e no fortalecimento da agricultura em pequenas e médias propriedades, gerando renda e disponibilizando qualidade de vida no campo. Essa alternativa pode ser caracterizada, nos dias atuais, como sendo profícua na manutenção das famílias no campo.

Acrescenta-se a tudo isso que a ação das lideranças locais na organização dos trabalhos administrativos e pedagógicos, seja das instituições de ensino pesquisadas, seja da própria comunidade, apesar de não darem conta do que prevê o movimento de Educação do Campo em sua essência, representa o alicerce na luta pela manutenção e funcionamento dessas instituições educacionais. Diante de dificuldades enfrentadas cotidianamente por este colégio, é preciso que haja sempre sujeitos comprometidos com a educação e com o futuro das próximas gerações no campo, para que a luta não termine.

Traços da luta cotidiana de educadores e educandos por educação do campo no Colégio Estadual do Reassentamento São Marcos

Em relação à pesquisa empírica, observa-se que, no Colégio Estadual do Reassentamento São Marcos, a mensuração dos dados coletados foi plotada a partir da organização de quadros para questões de duas alternativas, gráficos para questões com mais de duas alternativas, além da relação com os trechos das entrevistas das lideranças. Nesse colégio, foram coletados 22 questionários, considerando-se que esse número representa a porcentagem de 50% dos educandos presentes no dia da coleta, pertencentes a quatro turmas, sendo elas do Ensino Médio da instituição. As turmas analisadas foram uma do 1.º ano, duas turmas de 2.º ano e uma turma de 3.º ano. O quadro 1a expressa a posição dos educandos segundo a proposta de Educação do Campo e a visão deles quanto ao questionário aplicado.

Quadro 1a: questionário aplicado no Colégio Estadual do Reassentamento São Marcos

N.º	Dados do 1.º ao 3.º ano – Ensino Médio – Colégio Estadual do Reassentamento São Marcos (%)	SIM	NÃO	NÃO RESPONDERAM
1	A biblioteca da escola supre as necessidades de pesquisa dos alunos?	86	14	0
2	A estrutura física da escola proporciona condições de aprendizagem?	95	05	0
3	São discutidos conteúdos do campo em sala de aula?	73	27	0
4	Quando se formar, pretende permanecer no campo?	55	45	0
5	Trabalhar os conteúdos do campo na escola é importante?	91	09	0
6	Você gosta de como são trabalhados os conteúdos na escola?	82	18	0
	Total de alunos que responderam ao questionário			22

Fonte: Rossetto, Edimar Rodrigo, março de 2014.

Na pergunta de número 1, observa-se que a maioria dos respondentes, 86% dos educandos, considera a biblioteca da instituição estruturada, suprimindo as necessidades de pesquisa a serem feitas. Segundo relatos da líder Zenir Grobes, a biblioteca tem função primordial nas ações pedagógicas do colégio, principalmente por disponibilizar espaço para a confecção de trabalhos, pela quantidade e qualidade do acervo de pesquisa etc.

Em relação à pergunta de número 2, que consiste em averiguar se a condição física do prédio da instituição, construído no padrão arquitetônico da SEED-PR, proporciona condições de aprendizagem, 95% dos educandos afirmam estar satisfeitos com as estruturas, sendo propícias ao aprendizado.

É importante mencionar que, conforme as discussões de autores primordiais para os estudos da proposta de Educação do Campo, a construção do espaço físico da instituição de ensino do campo deve atender aos interesses da comunidade a que pertence. Nesse sentido, a verdade é que a construção segue a organicidade estrutural do espaço urbano, ou seja, está sob supervisão do Núcleo Regional da Educação vigente. Como, atualmente, o colégio está em processo de mudança da proposta pedagógica educacional, que será direcionada para o campo, conforme previsto no PPP, essa proposta não poderá ser inteiramente adequada, já que a estrutura física será preservada nos padrões arquitetônicos construídos.

Na pergunta de número 3 do questionário, aproximadamente 3/4 dos educandos afirmam que os conteúdos do campo são discutidos em sala de aula. Nesse momento, vale lembrar o trecho da fala do diretor do Colégio Estadual do Reassentamento São Marcos, Gérson Antônio Pavan, ao observar que

a maioria dos professores fazem isso, embora eles tenham dificuldades pra compreender, tem dificuldades pra fazer da Educação do Campo, uma educação diferente, mas eles, em todas as discussões, nas reuniões pedagógicas a gente tem tocado nesse assunto de procurar valorizar os saberes que eles têm, que possuem, que trazem de casa e sempre que possível poder associar os conteúdos com a realidade dos alunos (informação verbal).³

³ Gérson Antônio Pavan. Entrevista I. [mar. 2014]. Entrevistador: Edimar Rodrigo Rossetto. Catanduvas, 2014. 1 arquivo. dvf (33 min.).

Segundo análises dos educandos da instituição, a maioria dos professores não está desenvolvendo aulas de campo frequentemente. Isso talvez se deva ao alto grau de rotatividade dos professores e à elevada concentração de docentes contratados a partir do processo seletivo simplificado (PSS). Com isso, a vinda de professores urbanos torna-se expressiva na instituição, mas parte deles desconhece os objetivos da proposta de educação na qual o colégio está se inserindo e tampouco conhece a realidade dos educandos, reproduzindo, em parte, uma aula desvinculada da realidade do campo.

Na questão de número 4, que se refere à permanência do jovem no campo, observa-se que 55% dos educandos manifestam a intenção de permanecer no campo depois de se formarem, o que representa um prévio resultado das atividades das lideranças na promoção de uma educação voltada para o bem-estar e a vida no campo.

Na questão de número 5, que aborda a importância dos conteúdos do campo na escola, observa-se que 91% dos educandos veem acuidade no aprendizado dos conteúdos de suas realidades. Nessa linha de análise, cabe destacar, segundo o diretor da instituição, Gérson Antônio Pavan:

nosso objetivo é trazer os alunos pra escola em tempo integral, à tarde eles estudam as disciplinas normais e na parte da manhã nós pretendemos trabalhar as disciplinas diferenciadas, voltadas pra sua realidade, inclusive temos um projeto de horta da escola, para que aprendam como fazer isso em suas propriedades (informação verbal).⁴

É importante considerar que a maioria dessas pautas foi dialogada pela comunidade educacional. Os educandos, assim, veem o surgimento de novas possibilidades para o ingresso profissional e social também no campo. Começa-se a desmistificar os preconceitos entre cidade e campo, e os educandos passam a ver que o espaço em que vivem também é lugar de vida e de trabalho.

Em relação à questão 6, observa-se que 82% dos educandos afirmam gostar do modo como são trabalhados os conteúdos do campo, apesar de serem pouco explorados pela instituição. Os outros 18% dos respondentes

⁴ Gérson Antônio Pavan. Entrevista I. [mar. 2014]. Entrevistador: Edimar Rodrigo Rossetto. Catanduvas, 2014. 1 arquivo. dvf (33 min.)

não gostam das metodologias aplicadas pelos professores no aprendizado de conteúdos do campo. Isso talvez se justificasse pelas formações diferenciadas de cada professor, nos casos em que não ministram nessa escola a disciplina em que possuem a sua titulação ou por não possuírem afinidade com o espaço em que trabalham.

Acerca da questão 7, que buscou identificar se os professores desenvolvem aulas de campo/práticas, observa-se o resultado da plotagem no gráfico 1.

Na análise dessa questão, observa-se que aulas de campo não é uma prática comum nesse colégio. Segundo dados plotados no gráfico, a maioria dos respondentes afirma que as aulas de campo raramente acontecem durante os dias letivos.

Gráfico 1: Os professores desenvolvem aulas de campo/práticas?

Fonte: Rossetto, Edimar Rodrigo. Confeccionado em março de 2014.

Em relação à questão de número 8, que busca investigar quais disciplinas trabalham com aulas de campo, observa-se o resultado da plotagem no gráfico 2.

Segundo análise do gráfico 2, observa-se que a disciplina de Geografia é a que mais trabalha com aulas de campo. Como aponta Micheli Andressa Maziero:

na Geografia fica mais fácil trabalhar com isso porque você parte do senso comum dele para aí expor o conteúdo científico. Na verdade, assim, as atividades que eu procuro desenvolver, as paisagens, eu levo os alunos pra fora pra gente ter o conhecimento do espaço geográfico, pra ter essa facilidade pra assimilar o conteúdo, porque a questão científica fica mais difícil, então a partir do momento que eles começam a conhecer o espaço que eles vivem, a questão da Geografia, da localização, fica mais fácil de eles entenderem (informação verbal).⁵

É oportuno dizer que a disciplina de Geografia, por ter seu objeto de investigação em evidência – no caso, o espaço geográfico –, se insere nas relações sociais com facilidade, enquadrando-se na abordagem das discussões continuamente, propiciando sequências consideráveis no envolvimento com as atividades de campo.

Gráfico 2: Quais disciplinas trabalham com aulas de campo?⁶

Fonte: Rossetto, Edimar Rodrigo, março de 2014.

⁵ Micheli Andressa Maziero. Entrevista I. [mar. 2014]. Entrevistador: Edimar Rodrigo Rossetto. Catanduvas, 2014. 1 arquivo. dvf (25 min.).

⁶ É importante mencionar que, nesta questão, o educando tinha possibilidade de assinalar mais de uma disciplina. Gráfico referente à plotagem de dados coletados no Colégio Estadual do Reassentamento São Marcos, município de Catanduvas/PR, alusiva à pergunta de número 8 do questionário aplicado.

A segunda disciplina que mais trabalha com aulas de campo é a Biologia. O percentual na realização das atividades de campo por essa disciplina pode estar associado à presença da horta do colégio. Segundo Zenir Grobes, “nós temos a horta orgânica, em que a gente pega os alunos e produz os alimentos, e eles se alimentam dessas verduras” (informação verbal).⁷ Essa atividade prática é desenvolvida juntamente ao plano de ensino da disciplina citada.

Em relação à análise das questões 9, 10 e 11 do questionário, observa-se o resultado da plotagem no quadro 1b:

Quadro 1b: Questionário aplicado no Colégio Estadual do Reassentamento São Marcos

N.º	Dados do 1.º ao 3.º ano – Ensino Médio – Colégio Estadual do Reassentamento São Marcos (%)	SIM	NÃO	NÃO RESPONDERAM
9	A merenda servida na escola é de qualidade?	82	18	0
10	Existem aulas práticas que trabalham com o cultivo de alimentos orgânicos?	23	77	0
11	Existem trabalhos/atividades desenvolvidas na escola, por parte do movimento e comunidade, que visam fortalecer o jovem na realidade do campo?	59	41	0
	Total de alunos que responderam o questionário			22

Fonte: Rossetto, Edimar Rodrigo, março de 2014.

Na questão de número 9, que busca investigar a qualidade da merenda escolar, observa-se que a maioria dos respondentes, 82%, considera a alimentação oferecida pela instituição de boa qualidade. É importante mencionar que a merenda industrializada é disponibilizada pela SEED/PR. Não há queixas quanto à sua qualidade ou sua falta.

Acerca da questão de número 10, que se refere à existência de aulas práticas que trabalham com o cultivo de alimentos orgânicos, 77% dos educandos

⁷ Zenir Grobes. Entrevista I. [mar. 2014]. Entrevistador: Edimar Rodrigo Rossetto. Catanduvas, 2014.

não consideram a realização da prática. Assim, observa-se que há carência dessa prática no conjunto das atividades pedagógicas por parte dos docentes atuantes. Como elencado, tal como no colégio analisado anteriormente, entende-se que o conhecimento da agroecologia é o fundamento básico do trabalho desempenhado pelos docentes que atuam com projetos na horta orgânica, sobretudo na disciplina de Biologia. Assim, é importante mencionar que, segundo Guhur e Toná (2012, p. 64),

a agroecologia exige que o camponês passe a assumir uma posição ativa, de pesquisador das especificidades de seu agroecossistema, para desenvolver tecnologias apropriadas não só às condições locais de solo, relevo, clima e vegetação, mas também às interações ecológicas, sociais, econômicas e culturais. Na perspectiva da agroecologia, essa não pode ser tarefa de especialistas isolados. A agroecologia exige conhecer a dinâmica da natureza e, ao mesmo tempo, agir para a sua transformação.

Reafirmando a questão, é importante pontuar que o trabalho com alimentos orgânicos é um dos principais instrumentos de manutenção do agricultor camponês no campo, sendo alternativa de renda nos dias atuais. Nessa escola, porém, os dados apontados estão ligados à ausência na realização de aulas de campo, como acima mencionado.

É pertinente destacar que os resultados explorados nas questões 9 e 10 estão indiretamente ligados à questão de número 11 do questionário, a qual busca averiguar a existência de trabalhos/atividades, por parte de movimentos sociais e comunidade, desenvolvidos no colégio, visando fortalecer a presença dos jovens no campo, com o objetivo de reafirmar seus modos de vida. Nessa questão, 59% dos educandos respondentes afirmam estar cientes da realização dessas práticas no colégio. Os demais, que compreendem 41% dos respondentes, discordam, afirmando o abandono e a não integração/inserção da comunidade ou articulações populares no colégio. Assim, pouco interferindo no andamento de implementação da proposta de Educação do Campo.

Observa-se que, sem motivação da própria família e comunidade, sem discussão no conselho escolar quanto à importância das aulas de campo e do cultivo orgânico, entre outras práticas, as lideranças do colégio não conseguem, “sozinhas”, avançar nessas questões. O resultado do debate gerado pode garantir a prática do trabalho de campo não apenas como metodologia

pedagógica alternativa, mas também como conteúdo a ser inserido na proposta pedagógica curricular (PPC) do colégio.

Em relação à pergunta de número 12 do questionário aplicado, a qual busca identificar a interação das famílias da comunidade nas ações da escola, observa-se o resultado da plotagem no gráfico 3:

Gráfico 3: Interação das famílias nas ações do colégio

Fonte: Rossetto, Edimar Rodrigo, março de 2014.

Na análise da questão de número 12, observa-se que há disparidade nas opções dos respondentes. Dentre os 22 respondentes, 6 educandos afirmam que as famílias interagem com frequência nas ações do colégio. A grande maioria, ou seja, os 16 alunos restantes, divide suas opiniões, haja vista que consideram que as famílias às vezes ou muito raramente participam das ações do colégio.

Essa porcentagem justifica a fraca participação da comunidade nos projetos/atividades/ações realizadas na escola. Considera-se que, para um colégio que está em fase de transição de uma pedagogia de colégio urbano, que passa para uma fase de mudança no viés da proposta de Educação do Campo, o caminho principal para a realização desse trabalho é a união/participação da comunidade do campo nas decisões do colégio.

Para tanto, é necessário que a comunidade se insira no colégio e implemente sua pedagogia de vida, de trabalho e, principalmente, de organização escolar, para que, assim, seus interesses na busca por um ensino que vise à manutenção dos saberes e das práticas daquela comunidade sejam reafirmados segundo os interesses dos sujeitos que ali vivem. O pressuposto citado faz do colégio, bem como da educação disponibilizada, o elemento de base para a mudança social no campo.

Considerações finais

A partir do esboço apresentado, permite-se apontar algumas das muitas peculiaridades quanto à efetivação do projeto de escola viva, ou seja, que tenha engajamento com as práticas trazidas pela discussão do movimento da Educação do Campo no Brasil. Muitas atividades deverão ser desenvolvidas, porém, se pontuam também o trabalho cotidiano das lideranças que estão à frente da organização desse espaço escolar. Nesse sentido, observa-se que a comunidade escolar e famílias que nessa região residem estão dispostas a promover mudanças, as quais tenderam a aproximar a escola da família, ou seja, do trabalho no campo, da realidade das crianças camponesas. Intensificar um projeto dessa magnitude representa estar um passo à frente no caminho da cidadania para as comunidades residentes, trazendo esperança de luta coletiva, principalmente para as futuras gerações.

Nesse sentido, cabe à comunidade do campo organizar seu projeto de vida e de trabalho e nele adequar as atividades educativas a fim de garantir a manutenção dos hábitos, das tradições e das crenças, ou seja, a preservação das culturas ali existentes. As pequenas atividades ao longo de determinado período vão gerando frutos que começam a ser colhidos a partir do esforço de povos camponeses, educadores e educandos e demais adeptos que, conjuntamente, trabalham para a transformação futura dos jovens camponeses.

Referências

GORDO, Amilton de Moraes. “Os desafios da escola do campo frente ao avanço do agronegócio em Moju: a construção de um PPP (Projeto Político-Pedagógico) democrático e emancipatório”. Arcos. Disponível em: <http://www.arcos.org.br/artigos/os-desafios-da-escola-do-campo-frente-ao-avanco-do-agronegocio-em-moju-a-construcao-de-um-ppp-projeto-politico-pedagogico-democratico-e-emancipatorio/>. Acesso em: 3 mar. 2015.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ/SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. *Projeto Político-Pedagógico do Colégio Estadual do Reassentamento São Marcos*. Catanduvas, 2010.

GUHUR, Dominique Michèle Perieto e TONÁ, Nilciney. “Agroecologia”. In CALDART, Roseli Salete et al. (orgs.). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012.

Entrevistas

Gérson Antônio Pavan. Entrevista I. [mar. 2014]. Entrevistador: Edimar Rodrigo Rossetto. Catanduvas, 2014. 1 arquivo. dvf (33 min.).

Madalena Suchesi. Entrevista I. [mar. 2012]. Entrevistador: Edimar Rodrigo Rossetto. Cascavel, 2012. 1 arquivo. dvf (70 min.).

Micheli Andressa Maziero. Entrevista I. [mar. 2014]. Entrevistador: Edimar Rodrigo Rossetto. Catanduvas, 2014. 1 arquivo. dvf (25 min.).

Zenir Grobes. Entrevista I. [mar. 2014]. Entrevistador: Edimar Rodrigo Rossetto. Catanduvas, 2014. 1 arquivo. dvf (36 min.).